



24  
01

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0199868-7/01

Agravante: Prefeito do Município de Santa Cruz da Baixa Verde

Advogado: Dr. Antônio Rodrigues da Silva Filho

Agravada: Maria Ivonete Lopes Alves

Advogado: Dr. André Gustavo de Vasconcelos

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: ADMINISTRATIVO. MOTIVAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE. FUMAÇA DO BOM DIREITO E RISCO DE DANO QUE MILITAM EM FAVOR DA AGRAVADA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Ressalte-se que a motivação feita pela autoridade administrativa afigura-se como uma necessária exposição dos motivos, a justificação do porquê daquele ato, é um requisito formalístico do ato administrativo. Significando referida motivação, a relação dos fatos que concretamente levaram o gestor público à aplicação daquele dispositivo legal.

2 - o risco de dano irreparável ou de difícil reparação apresenta-se como elemento essencial, sendo esse favorável à agravada.

3 - Agravo Regimental Improvido.

4 - Decisão unânime.

25

02

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental nº 0199868-7/01, em que figura como agravante Prefeito do Município de Santa Cruz da Baixa Verde e como agravada Maria Ivonete Lopes Alves.

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010 presidida pelo Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, acompanhado pelo vogal Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Melo, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negarem provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 28/07/2010

  
Des. José Ivo de Paula Guimarães - relator



26  
03

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO REGIMENTAL Nº 0199868-7/01**

**Agravante: Prefeito do Município de Santa Cruz da Baixa Verde**

**Advogado: Dr. Antônio Rodrigues da Silva Filho**

**Agravada: Maria Ivonete Lopes Alves**

**Advogado: Dr. André Gustavo de Vasconcelos**

**RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**RELATÓRIO**

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão interlocutória que, nos autos do agravo de instrumento em apenso, com fulcro no art. 527, III c/c art. 558 do CPC, deferiu o efeito ativo postulado, suspendendo os efeitos do ato de transferência/remoção da então recorrente, ora agravada, devendo este permanecer exercendo seu ofício em sua atual unidade administrativa.

O agravante interpôs o presente recurso alegando, resumidamente, em suas razões de fls. 02/10 que não se trata, simplesmente, de transferência ou remoção de servidor. Mas, de um ato administrativo que em virtude de necessidades existentes no Município de Santa Cruz da Baixa Verde, revoga um ato de cessão de servidor municipal ao estado de Pernambuco e o designa a exercer atividades compatíveis com o seu cargo e função na estrutura Administrativa Municipal. Acrescenta que o ato de cessão de servidor, por ser ato precário, pode ser revogado a qualquer tempo não existindo direito adquirido de permanência do servidor ao órgão que foi cedido, ainda mais quando existe a necessidade de servidores para exercer as mesmas funções do servidor cedido.

É o relatório.

Recife, 28/09/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator



27  
04

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO REGIMENTAL Nº 0199868-7/01**

**Agravante: Prefeito do Município de Santa Cruz da Baixa Verde**

**Advogado: Dr. Antônio Rodrigues da Silva Filho**

**Agravada: Maria Ivonete Lopes Alves**

**Advogado: Dr. André Gustavo de Vasconcelos**

**RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**VOTO**

O inconformismo do agravante reside contra decisão interlocutória que, nos autos do agravo de instrumento em apenso, com fulcro no art. 527, III c/c art. 558 do CPC, deferiu o efeito ativo postulado, suspendendo os efeitos do ato de transferência/remoção da então recorrente, ora agravada, devendo este permanecer exercendo seu ofício em sua atual unidade administrativa.

Tratando-se de agravo regimental que tem por objetivo a reforma de decisão interlocutória proferida em sede de agravo de instrumento, tenho que a presente via subsume-se à análise reiterada da presença ou não dos dois requisitos necessários à concessão da medida, quais sejam, a fumaça do bom direito e o perigo da demora.

Noticia agora nos autos o recorrente, que não se tratava a demanda de remoção ou transferência de servidor público, mas de simples revogação de ato administrativo de cessão do mesmo a órgão ou unidade federativa diversas. Ocorre que, independentemente da espécie de ato administrativo a que se refere a demanda, o cerne se refere a necessidade de motivar, no sentido de apresentar "motivação", todo e qualquer ato administrativo, enquanto gênero.

Ressalte-se que a motivação feita pela autoridade administrativa afigura-se como uma exposição dos motivos, a justificação do porquê daquele ato, é um requisito formalístico do ato administrativo. Significando referida motivação, a relação dos fatos

28  
05  
que concretamente levaram o gestor público à aplicação daquele dispositivo legal. Nesse mesmo sentido, foram acostadas várias jurisprudências a decisão recorrida.

Quanto ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação, tenho como em favor da agravada, pois arcará com a possível mudança de moradia, desestruturando sua formação familiar.

Assim, em face do exposto, voto no sentido de conhecer e negar provimento ao presente recurso, mantendo-se incólume a decisão recorrida.

É como voto.

Recife, 28/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
relator